

Seis das sete cidades somam R\$ 13 bi de dívidas ativas em 2026



ESTOQUE. Santo André concentra o maior volume entre as cidades, com R\$ 4,1 bilhões em agosto

Seis das sete cidades somam R\$ 13 bi de dívidas ativas em 2026

ISS e IPTU representam ao menos R\$ 3,8 bilhões e R\$ 2,8 bilhões do total, respectivamente, em cinco municípios; S.Bernardo não informou valores

BRUNO COELHO
brunoceho@diagabc.com.br

Seis prefeituras do Grande ABC registram estoque de dívidas ativas em cerca de R\$ 13 bilhões em 2026. O montante considera os

valores informados por Santo André, São Caetano, Diadema, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. São Bernardo foi a única administração municipal que não respondeu aos questionamentos enviados

pelo Diário.

O levantamento considera créditos tributários e não tributários que os municípios têm a receber de contribuintes. Santo André concentra o maior estoque entre os municípios que de-

talharam os dados, com R\$ 4,1 bilhões em agosto de 2026, seguido por Diadema, com R\$ 3,94 bilhões, e Mauá, com aproximadamente R\$ 3 bilhões. São Caetano soma R\$ 1,71 bilhão, enquanto Rio Grande da Serra tem R\$ 131,17 milhões e Ribeirão Pires, R\$ 90,65 milhões.

O IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) representa parcela expressiva do passivo nos cinco municípios que informaram valores específicos para o imposto, o estoque chega a R\$ 2,86 bilhões. Diadema registra R\$ 1,2 bilhão em tributo a receber, Santo André tem R\$ 1,09 bilhão e São Caetano, R\$ 482,25 milhões. Rio Grande da Serra soma R\$ 66,74 milhões enquanto Ribeirão Pires tem R\$ 21,78 milhões inscritos referentes ao imposto.

O ISS (Imposto Sobre Serviços) é o tributo que mais pesa na composição da dívida ativa. Somados os valores informados individualmente por Santo André, São Caetano, Diadema e Ribeirão Pires, os débitos com o imposto chegam a R\$ 3,79 bilhões. O montante pode ser considerado um piso, já que Mauá não detalhou os valores por tributo que compõem sua dívida ativa e Rio Grande da Serra informou conjuntamente R\$ 64,43 milhões a outras taxas.

A Prefeitura de Mauá não detalhou os valores por tributo, mas informou que a maior parte dos cerca de R\$ 3 bilhões de dívida ativa é composta por IPTU e ISS. Do estoque atual,

R\$ 1,5 bilhão é considerado recuperável pela administração. O município também informou ter recuperado R\$ 62 milhões em dívida ativa ao longo do ano passado. Entre as medidas adotadas para ampliar a cobrança está a criação da Câmara de Conciliação Tributária.

Cinco prefeituras apresentaram dados comparáveis entre dezembro de 2024 e agosto de 2026. Santo André teve a maior alta, de 72,3%, passando de R\$ 2,38 bilhões para R\$ 4,1 bilhões, enquanto Diadema avançou 54,5%, de R\$ 2,55 bilhões para R\$ 3,94 bilhões. Em Rio Grande da Serra, o estoque subiu 9,7%, de R\$ 119,5 milhões para R\$ 131,2 milhões, e, em São Caetano, 8,2%, de R\$ 1,58 bilhão para R\$ 1,71 bilhão. Ribeirão Pires foi a única cidade a registrar redução, de 5%, passando de R\$ 95,47 milhões para R\$ 90,65 milhões.

As administrações municipais também têm recorrido a programas de regularização, parcelamentos e mecanismos de cobrança extrajudicial para tentar transformar os créditos em receita. Santo André registrou 16.247 acordos de parcelamento e regularização entre janeiro de 2025 e agosto de 2026, envolvendo R\$ 209 milhões. Diadema formalizou 17.869 acordos no período, com R\$ 80 milhões em débitos negociados, enquanto Ribeirão Pires adotou programa de parcelamento e mecanismos de transação tributária.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Diário do Grande ABC

Seção: Política Pagina: 3